

Brasil: uma potência militar emergente?

A questão do uso da força nas relações internacionais brasileiras, de Lula a Dilma*

João Fábio Bertonha**

Introdução

Esse artigo tem, como preocupação central, a questão do poder militar brasileiro e seu papel nas relações internacionais do país nos anos a seguir. Mais especificadamente, o seu foco é discutir se um reforço nas capacidades militares brasileiras seria algo desejável ou não para a ampliação das suas pretensões internacionais. Dotar o Estado brasileiro de aparatos militares adequados significaria aumento do poder nacional e da capacidade deste em influenciar o mundo? Ou, ao contrário, nos faria perder a imagem pacífica que nos caracteriza e seria, portanto, danosa aos nossos objetivos? Essa é a questão de fundo que atravessará todo esse texto.

Para tanto, o artigo se desdobrará em várias partes. Em primeiro lugar, procurarei demonstrar uma das singularidades do Brasil dentro dos BRICs, ou seja, o seu pou-

co peso em termos militares. Posto isso, discutirei se esta opção pela pouca relevância estratégica é efetivamente algo consciente ou uma reação às circunstâncias históricas e se ela poderia e deveria (ou não) ser revista frente às novas ambições internacionais do país. Por fim, tendo como ponto de partida uma avaliação das atuais capacidades militares brasileiras, procurarei avaliar se as iniciativas do governo Lula e Dilma na direção de uma nova geometria de defesa no país (a Estratégia Nacional de Defesa de 2008 e sua revisão em 2012 e os acordos com a França de 2009) representam passos consistentes na direção desejada ou não.

A ideia central do texto é, portanto, compreender o momento estratégico brasileiro e apresentar algumas idéias de como a máquina militar nacional pode e deve ser potencializada para dar conta do novo cenário internacional e das ambições brasileiras dentro dele.

* Artigo originalmente publicado, em língua inglesa, na *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53, 2:107-124, 2010. A presente versão recebeu uma necessária atualização, em função das mudanças conjunturais e estruturais entre a publicação do texto original e o momento atual, a qual não inclui, contudo, a adição de novas referências bibliográficas. O título foi levemente modificado para deixar clara essa alteração.

** Doutor em História pela Unicamp, com estágios de Pós-Doutorado na Università degli Studi di Roma, na Universidade de São Paulo e no European University Institute, Firenze; livre-docente em História pela USP e pós-graduado em assuntos estratégicos internacionais pela National Defense University (EUA); Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá e Pesquisador bolsista do CNPq. Site pessoal: joaofabiobertonha.com

O Brasil: o BRIC pacífico?

Falar dos BRICs e do seu papel na geopolítica do século XXI se tornou quase um lugar-comum, com Brasil, Rússia, Índia e China se tornando as vedetes das relações internacionais nesse início de século. Esses quatro países formam o bloco emergente nas decisões mundiais, e isso já se estaria manifestando em organizações multilaterais várias, em reuniões como as de Brasília em 2010 e em outras iniciativas.

Com certeza, a ascensão desse bloco (e de outros países médios, como a Indonésia, o México ou o Irã) representa uma transformação radical na economia e na distribuição de poder mundial nos anos a seguir. Iniciativas conjuntas de Moscou, Brasília, Nova Déli e Pequim também têm tido repercussão, especialmente em fóruns como o G-20 e outros.

É questionável, contudo, se haveria alguma chance de esse bloco criar uma política comum, especialmente em termos estratégicos, já que os interesses dos quatro estão mais distantes do que próximos, salvo em questões específicas, como a busca de maior espaço frente ao poder tradicional dos EUA e Europa. A sigla BRIC, na verdade, indica uma homogeneidade que não existe.

Mais do que isso. O uso do termo BRIC encobre um fato evidente, ou seja, que os elementos de poder disponíveis para cada uma das quatro nações são muito distintos e que, justamente por isto, a sua capacidade em influenciar as grandes decisões mundiais não é exatamente a mesma.

A Rússia, por exemplo, é uma potência militar de primeira grandeza, com tradição

diplomática e capacidade de projeção de poder, ao menos nas vizinhanças. No entanto, sua performance econômica ainda é incerta, já que fortemente baseada no petróleo, sua população está em queda e seu apelo cultural é limitado (Bertonha, 2009 e 2009a). A Índia também conta com um aparato militar razoável e uma economia em crescimento, mas sua vizinhança é relativamente hostil e sua estabilidade interna questionável.

A China tem uma economia em forte crescimento, um aparato militar sendo modernizado e uma capacidade de atuação internacional em clara ascensão. A razoável capacidade de exportação da cultura chinesa e seu perfil moderado nas relações internacionais também são elementos em seu favor. Mas não se sabe se o Partido Comunista chinês será capaz de dar conta da monumental tarefa de modernizar aquela sociedade sem que o seu tecido social se rompa, e a escassez de matérias-primas e energia pode se revelar um problema no futuro.

O Brasil está em outro patamar. Sua economia é mais moderna e madura do que a chinesa, a indiana e mesmo a russa e até por isto não consegue crescer no mesmo ritmo das asiáticas. O país também tem dificuldades, especialmente no campo da educação, para se converter em uma sociedade e economia do conhecimento. Mesmo com a paralisação do crescimento econômico no primeiro mandato da presidente Dilma, o potencial para o crescimento continua grande.

A imagem do Brasil no mundo, em geral, é bastante positiva, e, numa vizinhança sem grandes rivais, a ascendência brasileira pode se manifestar sem grandes problemas.

A cultura brasileira também é bastante apreciada — ainda que o idioma português a isole até certo ponto (Gratius, 2007, p. 9) — assim como sua tradição diplomática, o que indica como, em termos de soft Power, a situação é, ao menos potencialmente, positiva.

Assim, frente aos outros BRICs, a situação brasileira poderia ser considerada tranquila. Temos uma economia mais madura e já completamos a maior parte do processo de modernização e transição da agricultura para a modernidade. Nossa cultura é pacífica e apreciada, somos razoavelmente bem vistos pelo resto do mundo, e nossa capacidade de ação diplomática, de negociação e ação nos foros internacionais, mais do que reconhecida.

A pergunta que fica, ao fundo, é: isso basta? Entre os quatro BRIC, somos os únicos que não dispomos de armas nucleares. Tanto Rússia como China e Índia, por sua vez, têm capacidade de intervir militarmente ao menos nas suas vizinhanças próximas (Leste Europeu e Ásia Central, Extremo oriente e bacia do Índico), enquanto a brasileira, para fazer o mesmo no seu entorno (a América do sul), é duvidosa. A disponibilidade de recursos militares para ações para além desses entornos é, nos quatro casos, limitada, mas a brasileira é ainda menor. Entre os BRICs, para não falar das outras grandes potências mundiais, o Brasil é, para o bem ou para o mal, o menos armado. Isso pode não ser tão importante numa vizinhança relativamente pacífica como a sul-americana (Gratius, 2007, p. 9), mas limita a atuação internacional do país, e ficam as perguntas se essa renúncia ao poder militar é positiva ou não para o país e se ela é intencional ou simples-

mente um efeito da própria despreocupação do país frente à questão da segurança.

Brasil: um país pacífico por natureza?

Há muito, um mito envolve a identidade brasileira, ou seja, a de que somos um povo pacífico por convicção, incapaz de se envolver em guerras civis ou conflitos externos para resolver pendências e problemas. A conciliação e a negociação estariam sempre presentes, e isso seria um elemento positivo da nossa sociedade e cultura.

Não deixa de ser verdade que certas sociedades, como as de alguns de nossos vizinhos da América hispânica, têm uma tradição cultural, especialmente no campo da política, mais conflituosa e menos disposta à negociação e à composição. Não obstante, é fácil verificar que é este um mito, especialmente quando pensamos na longa história de conflitos, escravidão, lutas sociais, violência urbana e outros elementos que marcam a história brasileira.

Como corolário desse mito, existe a idéia de que o Brasil, nas suas relações internacionais, é um país pacífico e que renunciou ao uso da força como instrumento de política externa.

Provas desse caráter pacífico brasileiro estariam na História: as duas maiores ações militares do país no exterior (Paraguai e a Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial) se distanciam entre si por quase um século e, desde então, o Brasil só tem atuado em missões internacionais, como na República Dominicana em 1965, na África e Oriente Médio e, agora, no Haiti.

Com nossos vizinhos, sempre houve

tensões, e estas, às vezes, chegaram a níveis elevados. Em alguns momentos, inclusive, como durante os governos militares, a diplomacia brasileira e as Forças Armadas chegaram a pensar em intervenções no Uruguai e atuaram na política interna de Chile, Uruguai e Bolívia. Mas foram momentos excepcionais, e o Brasil não entra em guerra com seus vizinhos há mais de cento e quarenta anos, o que é, sem dúvida, um número excepcional (Myamoto, 2009, p. 24-26). Do mesmo modo, apesar de lembranças contínuas, por parte dos vizinhos, do expansionismo luso-brasileiro através dos séculos e de medos ocasionais nesse sentido ainda aparecerem, fato é que o espaço brasileiro está consolidado há muito, e a necessidade de força militar nessa consolidação foi menor do que na história de outros países.

Outros pontos contenciosos são questões comerciais ou o papel de Brasil e Argentina no Conselho de Segurança da ONU. Tais conflitos, contudo, não são excepcionais no cotidiano de nações, e nunca se chegou à guerra por isto. O Estado brasileiro faz, igualmente, grande esforço para não dar um tom militar, estratégico, aos esforços de integração regional, com a exceção de iniciativas de coordenação, como o Conselho de Defesa sul-americano. Brasília busca disfarçar/manifestar cautela nas suas pretensões de liderança no subcontinente, e o próprio Mercosul entraria nesta lógica de não confrontação.

Já no tocante ao espaço fora da América do Sul, as pretensões do Brasil nunca foram fundadas em poder militar, mas na arbitragem, no direito e na atuação nas inúmeras organizações internacionais de que o país

fez/faz parte. (Myamoto, 2009, p. 24-26).

Tudo isso indica como, de fato, a projeção internacional ambicionada há muito pela elite brasileira não implica uma postura agressiva frente aos vizinhos e muito menos qualquer tentativa de modificar a ordem mundial pela força. O Brasil é, para todos os efeitos, um país pacífico, que não relaciona a sua política externa com capacidade de projeção militar, preferindo o diálogo e as concessões contínuas.

Fica a pergunta, contudo, se é esta uma postura assumida deliberadamente pela elite brasileira (a qual seria, seguindo essa linha de raciocínio, muito mais idealista do que outras) ou uma mera opção conjuntural, derivada da fria avaliação das possibilidades estratégicas brasileiras e da despreocupação com a questão da segurança.

Alsina Jr. (2009) faz uma avaliação bastante densa a esse respeito e, em essência, sua conclusão é que, em que pese à existência de uma tradição nacional de resolução dos conflitos pela negociação, essa política não confrontacionista também é reflexo da debilidade do poder militar nacional ao longo do século XX. Assim, a preponderância da diplomacia sobre as forças armadas resulta de uma identidade nacional conciliatória somada ao reconhecimento de falta de capacidade efetiva de uso da força.

Cai por terra, assim, a idéia de que o país, racionalmente, optou por manter sua força em patamar baixo e privilegiar a negociação. Isso só seria possível em caso de grande capacidade de construção de políticas públicas e coordenação das mesmas, com subordinação dos militares aos diplomatas, o que nunca ocorreu (Alsina Jr., 2009, p. 183).

O problema brasileiro é que, por vários motivos (incluindo a relativa segurança do país, dado o seu isolamento geográfico e poucos rivais de peso na vizinhança), as questões de segurança e defesa nunca receberam a devida atenção e as Forças Armadas nunca tiveram, no século XX, capacidade significativa de projeção de poder, o que obrigou, inevitavelmente, a que as questões internacionais fossem deixadas aos diplomatas.

Uma comparação das ações militares brasileiras no Cone Sul nos séculos XIX e XX pode nos dar alguma luz a respeito. No século XIX, apesar de as forças militares brasileiras serem modestas, elas eram bastante significativas no contexto regional. A Marinha, especialmente, tinha capacidade razoável de atuação na bacia do Prata, e o Império usou a força inúmeras vezes na região, com o ápice do processo durante a Guerra do Paraguai. Dispondo da retaguarda adequada, os diplomatas brasileiros não hesitavam em utilizar, quando necessário, a força, e mesmo o Barão do Rio Branco, já na República, sabia que as duas metades se complementavam.

Na verdade, avançando a reflexão para além do Brasil e pensando no contexto regional, fica a pergunta se a região é relativamente pacífica e, por isso, dedica poucos recursos às suas forças armadas ou se, pelo contrário, seu baixo investimento militar implica poucos conflitos, por falta de meios.

Todos os dados indicam a pouca relevância do continente em termos estratégicos mundiais (Fraga, 2007). É evidente que fatores objetivos, como a presença hegemônica dos Estados Unidos, a ação efetiva dos Estados da região na busca de soluções rá-

pidas para crises (Scardamaglia, 2008) ou a ausência de focos de conflitos — culturais ou econômicos — mais sérios (como no Oriente Médio ou na Ásia), ajudam a explicar a paz relativa na região. As carências e problemas (tráfico de drogas, criminalidade, subdesenvolvimento etc.) das sociedades e Estados do continente também explicam por que os militares acabaram por se voltar mais a tarefas policiais, ou mesmo à política, em outras épocas, abandonando a sua função central, que é a preservação da soberania e a defesa dos interesses nacionais frente a outros Estados, o que significa pensar a guerra contra outras forças armadas.

Não obstante, a falta de poder efetivo para o conflito interestatal também é elemento importante para que as forças armadas da região se concentrem mais em tarefas outras (incluindo missões de paz da ONU ou assistência social) do que nas que as definem.

De qualquer modo, já que a renúncia à força e/ou a manutenção das forças armadas como unidades auxiliares da polícia é uma opção e não um destino, resta perguntar se é a correta ou não. À medida que melhoraram as condições econômicas de alguns países da região, especialmente os do Brasil, a recuperação da capacidade militar seria fator de progresso ou de retrocesso frente aos objetivos de maior influência nas decisões globais e paz regional?

Reequipamento militar: fator de força ou fraqueza?

A política externa pouco agressiva e conciliatória brasileira poderia ser classificada como um típico caso de uso bem-sucedido

do do *soft Power* para a busca dos objetivos nacionais. Um efeito disso é a aceitação mais ou menos tranquila da liderança brasileira entre os vizinhos. Ainda que possa ser argumentado que essa liderança é relativa justamente por ser mais retórica do que real, fato é que ela se afirma e não tem causado receios excessivos na região. A ascensão geopolítica brasileira também não parece estar causando nenhum alarme entre as grandes potências, pelo contrário. Assim, poderíamos afirmar que a renúncia à força é, em essência, positiva.

Não obstante, o problema central é que ela não resolve todas as questões e dilemas, especialmente quando o relacionamento se dá com um Estado realmente poderoso, como os EUA. A hipótese de guerra entre Brasília e Washington é remota, mas o poder americano domina o Atlântico Sul, está firmemente ancorado na Colômbia e em outros países (Bertonha, 2005; Scardamaglia, 2009) e o pacifismo brasileiro não vai conseguir que Washington lhe ceda o monopólio estratégico ao sul do Panamá. Como bem indicado por Derghougassian (2009), a renúncia à força pode ser eticamente defensável e trazer ganhos, mas gera igualmente, frente ao forte, uma assimetria que enfraquece e nem sempre leva a bons resultados.

Do mesmo modo, uma política excessivamente baseada na negociação pode sinalizar fraqueza e gerar mais danos do que benefícios. Veja-se o exemplo da crise do gás boliviano em 2006. Mesmo que levemos em conta que, em essência, a resposta brasileira à nacionalização do gás boliviano tenha sido correta (Bertonha, 2006), há alguma validade na afirmação de que o Itamaraty agiu

de forma excessivamente complacente no início, pois, se as negociações eram o único caminho, não parece correto tê-las iniciado numa posição de subserviência, de plena aceitação de tudo. Além disso, alguns termos e afirmações do governo boliviano assumiram uma conotação antibrasileira e mereceriam resposta imediata. Apenas depois, pressionado pela opinião pública, é que o governo reagiu, mas com atraso.

Em outras palavras, a resposta do governo Lula à questão foi essencialmente correta, mas talvez um pouco mais de decisão e pressão, desde o início, tivesse sido adequada. Num primeiro momento, a Petrobras parece ter ficado sem nenhum apoio governamental para reagir ao fato consumado e, como já indicado, hesitação e plena aceitação de tudo não são boas maneiras de iniciar qualquer negociação.

Talvez o mesmo possa ser dito da questão do *Mercosul*. O bloco não consegue avançar em direção a uma maior integração, e os países menores, como Uruguai e Paraguai, parecem cada dia mais descontentes. Já a Argentina está mais preocupada em proteger seu fluxo comercial com o Brasil através de barreiras (totalmente inconsistentes com o próprio espírito de um bloco econômico) do que em aprofundar a associação. Mesmo a associação recente da Venezuela pode ser mais um fator de fraqueza do que de força para o bloco.

Com efeito, a decadência do projeto “bolivariano” de Hugo Chavez, simbolicamente representado pela sua morte, eliminou uma potencial liderança alternativa ao Brasil na região. Por outro lado, essa decadência está a gerar uma imensa instabilida-

de, a qual poderá envolver o Brasil e o *Mercosul* em problemas imensos, potencialmente danosos para si mesmo.

O Brasil e sua política externa não podem ser responsabilizados por tudo isso. No entanto, como o maior e mais poderoso país do continente, cabe sim ao Brasil alguma responsabilidade pelos problemas na integração latino-americana. Todo e qualquer projeto de união sul-americana — essencial para o progresso da região, sua integração competitiva no mercado globalizado e a sua projeção internacional — só pode se dar ao redor do Brasil; portanto, só a liderança brasileira pode conduzir esse projeto ao sucesso. O Brasil, no entanto, parece hesitar na hora de fazer valer a sua força e a sua influência para acelerar e manter o processo.

É correta a posição brasileira de não querer impor a hegemonia à força no continente e de ceder quando possível frente às demandas de nossos vizinhos mais pobres ou simplesmente descontentes. Mas essa ansiedade por demonstrar a boa vontade pode ser identificada como fator de fraqueza e nenhuma liderança se sustenta assim.

A renúncia a uma hegemonia militar no continente sul-americano também parece se encaixar nesse raciocínio, sendo mais contraprodutiva do que válida. Afinal, uma capacidade real de intervenção nos arredores quando da crise boliviana, por exemplo, poderia ter dado não apenas mais opções ao Presidente da República, como levado o próprio governo boliviano a uma maior moderação.

Não estou sugerindo bombardear Montevidéu para impedir o Uruguai de deixar o *Mercosul*, conquistar o gás boliviano

com colunas blindadas ou bloquear o porto de Buenos Aires para colocar novamente a Argentina dentro do projeto de união continental. Mas uma posição mais firme (ainda que a definição de “firmeza”, claro, possa ser complicada) pode ser necessária em certos momentos, até para fazer o projeto de integração avançar.

Dessa forma, minha conclusão é de que a postura pacífica do Brasil frente aos seus vizinhos e ao mundo e o seu esforço em negociar e arbitrar as controvérsias é um mérito do país e uma tradição a ser defendida e preservada. A aquisição, pelo país, de uma capacidade militar crível não seria, contudo, uma renúncia a esta política, mas, pelo contrário, um reforço da mesma.

Como já indicado por Myamoto (2009, p. 29), a possibilidade de o país fazer reivindicações mais firmes no cenário internacional sempre foi bloqueada por duas variáveis: poder (econômico, político e militar) pequeno e inexistência de chances propiciadas pelas grandes potências. Uma força militar mais estruturada diminuiria estas desvantagens e permitiria uma maior credibilidade à política externa brasileira.

Realmente, o discurso, a retórica e as boas intenções não bastam para equacionar um problema central que é a ausência de força. Brasília pode procurar se impor como ator digno de nota no cenário do Oriente Médio, por exemplo, mas, dada a pequena capacidade (não só militar, mas também ela) do país para interferir e servir de árbitro, ele acaba arcando com os custos sem ter o retorno.

Também quando do terremoto do Haiti, esta situação ficou visível. Os EUA,

quando decidiram ajudar os afetados pela calamidade, o fizeram com recursos amplos, incluindo um porta-aviões, um navio-hospital, helicópteros e toda a parafernália necessária para encaminhar a ajuda. Frente a essa demonstração de poder militar, ainda que destinada a fins humanitários, o governo brasileiro teve de aceitar, ao menos num primeiro momento, uma posição secundária no comando da ajuda internacional aos flagelados. Frente a poder material ostensivo, mesmo em missões humanitárias, boa vontade e simpatia não são suficientes.

Subscrevo, pois, totalmente as conclusões de Alsina Jr. (2009, p. 187-189) de que, sem poder militar, o país é constrangido em suas relações e na sua autonomia frente às grandes potências e que o próprio *soft Power* nacional e sua diplomacia perdem credibilidade. Concordo, igualmente, com a sua conclusão de que a posse de uma limitada, mas crível, capacidade de dissuasão convencional seria útil para os interesses da política externa e de desenvolvimento brasileiros.

Perceber isto é compreender como o poder militar é efetivo também quando não utilizado. Recuperando reflexões de Nye (2004, p. 31) e Alsina Jr. (2009, p. 175), percebemos como o poder militar tem uma faceta prática, direta e outra simbólica, ao demonstrar ao outro os seus limites. Dessa forma, ele nem precisa ser usado para funcionar, mas precisa ser crível, ou seja, ele não pode existir simbolicamente sem uma base material real. Discutir, pois, qual o sistema militar de que precisamos para nossos fins políticos e simbólicos atuais é, portanto, uma questão central neste momento.

Os objetivos estratégicos do Brasil e a capacidade militar requerida

Rosendo Fraga (2009) apresenta a atual política de defesa brasileira como articulada em torno de três dimensões. A primeira, local ou nacional, significaria o Estado reafirmando seu papel como detentor do monopólio da violência no território nacional e na ocupação plena deste. A segunda, regional ou sul-americana, implicaria estabilidade e paz no continente, enquanto a terceira, global, indicaria um desejo de afirmação global como potência de respeito.

No primeiro nível, problemas de ordem interna, como o combate ao narcotráfico, estão presentes. No segundo nível, estariam os conflitos com os EUA a respeito, por exemplo, da reativação da IV Frota ou das bases colombianas e o esforço para moderar Hugo Chávez e criar estruturas regionais de defesa. No terceiro, por sua vez, estaria a explicação para o esforço do país para adquirir um submarino de propulsão nuclear, que demonstraria ao mundo que o Brasil está em outro patamar tecnológico e estratégico.

Tenho dúvidas se a política de defesa nacional está tão articulada e ponderada como indicado por esse autor, mas ele consegue resumir muito bem os problemas e questões centrais a serem abordadas em qualquer estratégia de defesa nos anos a seguir.

Se pensarmos no momento atual, as hipóteses de conflito interestados são bastante moderadas. O mundo tem uma superpotência (os Estados Unidos) e várias potências médias, e isso mantém a estabilidade. Desde o fim da Guerra Fria, quase não ocorreram

guerras entre estados, e parece pouco provável alguma alteração no curto prazo, ainda que a questão da Ucrânia pareça nuanciar um pouco essa conclusão.

Nesse cenário, dado que a única força militar, a americana, capaz de colocar o Brasil militarmente na parede não tem interesse nisso (já que nossas incompatibilidades são poucas e negociáveis), a necessidade imediata de um aparato de força — possivelmente, nuclear — capaz de confrontar Washington é pequena.

Se levarmos em conta, além disso, que não temos, nas vizinhanças, nenhum inimigo capaz de nos ameaçar enquanto Estado soberano e que os riscos à segurança nacional por parte de traficantes ou bandos armados são moderados, diria que não temos um desafio imediato ou uma ameaça real ao território nacional. Potencialmente, os riscos sempre existem, ainda mais num contexto de crescente escassez dos recursos minerais, alimentares e energéticos de que o país tem abundância, mas são apenas potenciais.

No tocante ao segundo objetivo chave, a manutenção da paz e da ordem na América do Sul, o cenário é menos róseo. A América do Sul, como já indicado, é bastante pacífica, com as guerras, desde 1950, sendo esporádicas e pouco mortíferas. Seus problemas de segurança, além disso, são de pouca importância em termos mundiais.

Isso não significa, contudo, a ausência de fatores de conflito, a formação inevitável de uma comunidade regional estável e pacífica e nem que a violência não esteja presente (Scardamaglia, 2008; Alsina Jr., 2009). Para tanto, é fundamental que o Brasil, como potência líder, conte com o poder mili-

tar necessário para ação além-fronteiras tanto em missões de manutenção de paz como na defesa dos interesses nacionais, além de deixar claro, simbolicamente, que exerce a liderança também nesse campo.

Por fim, para conseguir credibilidade como ator capaz de participar das decisões globais, o Brasil precisa adquirir vetores de poder adequados. Um aparato nuclear está fora de discussão, mas alguma capacidade de ação — aérea, naval e terrestre — para participação em ações coletivas fora do continente seria, provavelmente, desejável, com equipamentos modernos e compatíveis aos utilizados pelas grandes potências. Um ou mais submarinos de propulsão nuclear parecem ser especialmente adequados — além de serem um instrumento de dissuasão de importância — para este objetivo.

Essa seria, portanto, a capacidade militar que, creio, o Brasil deveria perseguir no médio prazo, ou seja, a de uma potência militar média. Isso significa força adequada para a defesa do território e do espaço aéreo nacionais contra ameaças assimétricas e alguma dissuasão contra estados mais poderosos; capacidade de ação plena em caso de necessidade de alguma ação de estabilização no entorno sul-americano e alguma global, em associação com outras potências. Uma força que seria adequada para as pretensões locais e mundiais do Brasil e que daria sustentação a estas.

Resta verificar agora se Forças Armadas brasileiras, hoje, se aproximam desse mínimo sugerido e se os passos recém-tomados pelo governo brasileiro — através da publicação do documento *Estratégia Nacional de Defesa* de 2008, de sua revisão de 2012 e dos

acordos assinados com a França em 2009 — indicam avanços nessa direção.

O poder militar brasileiro hoje e no futuro imediato

Em 2007-2008, a capacidade militar brasileira parecia ter chegado ao fundo do poço. Em artigo que escrevi então (Bertolina, 2008), indicava como a situação chegava a ser dramática. Apesar de dispor de 300 mil homens em armas, a máquina militar brasileira estava quase parando por falta de equipamento moderno, manutenção e treinamento. O Exército tinha apenas tanques alemães e americanos de segunda mão e blindados dos anos 1970, dos quais apenas trinta por cento estavam operacionais. Sua artilharia antiaérea ainda tinha capacidade de mira e disparo manuais, e sua artilharia de campo era obsoleta.

A Força Aérea dispunha apenas de aviões leves ou já obsoletos, como os F-5, e estava recebendo alguns Mirage-2000 supersônicos. Das suas 719 aeronaves, apenas 267 estavam voando, com o resto nos parques de manutenção ou no chão por falta de peças. A FAB não tinha aviões modernos, helicópteros de ataque, mísseis ar-ar de médio alcance e nem mísseis ar-superfície, e seus pilotos treinavam apenas oitenta horas por ano.

Na Marinha, menos de metade dos navios e submarinos estava em condições de uso, e poucos navios eram novos. O projeto do submarino nuclear continuava caminhando a passos lentos, e as poucas aquisições previstas não compensariam as unidades que dariam baixa. O moral dos soldados e oficiais das três forças, frente a soldos baixos

e pouco prestígio, também não era dos mais altos.

Para os analistas internacionais (Calle, 2007), era o Chile a força militar mais moderna e bem treinada do continente então, ainda que numericamente inferior a outras. No informe anual do *Military Power Review* (Calle, 2007, p. 34-35) daquele ano, já se considerava que o Chile havia chegado a terceiro em força militar na AL, atrás de Brasil e Peru e quase superando este. A Venezuela havia saído de sétimo para quinto e Argentina caído de terceiro para quarto. O prognóstico era que, se o Brasil não reagisse, perderia o posto de primeira potência militar da região.

Essa reação acabou por vir. A partir de 2007, Parlamento e Executivo aumentaram os recursos para finalizar projetos antigos, como o submarino nuclear e vetores para colocação de satélites no espaço, e para resgatar a indústria bélica. O orçamento militar também aumentou 50% para 2008 (Comparative, 2008), e programas vários de reequipamento das forças foram lançados. O governo Lula também acenou com o aumento do gasto em defesa de 1,5% para 2,7% do PIB e lançou uma *Estratégia Nacional de Defesa*, a ser comentada a seguir.

O Exército priorizou a aquisição de uma nova família de veículos blindados sobre rodas, a colocação em operação das novas brigadas de operações especiais, de selva e blindadas, capacidade antiaérea, de comunicações e pontes e embarcações para operações ribeirinhas. A Marinha quer o submarino nuclear, modernização e construção de submarinos convencionais, novos torpedos, helicópteros e sistemas de comando

e controle, enquanto a Força Aérea reabriu as negociações para novos caças, começou a modernizar os AMX e adquiriu uns cem Super Tucano para treinamento e operações de contrainsurgência. Além disso, com a chegada de armamentos realmente inovadores, como alguns helicópteros de ataque MI-35 russos (ainda que haja notícias de que essa compra tenha sido casual, baseada em negociações comerciais com os russos), a força começa a entrar num novo patamar tecnológico e operacional.

Não está claro, no meu entender, o que levou o governo Lula a privilegiar uma área que tinha sido praticamente esquecida no seu primeiro mandato. Calle (2007 e 2009) menciona que, com a transição política, a questão do rearmamento ficou em segundo plano. Depois, dado o verdadeiro colapso militar da Argentina e as crises econômicas dos anos 80 e 90, não haveria motivo e nem recursos para armamentos.

Naquele momento, ainda segundo esse autor, não apenas a situação econômica e fiscal do país melhorou, como preocupações várias surgiram — crescimento do crime organizado, consolidação de Chávez na Venezuela, sinais de crescente interesse internacional pelo petróleo e pelas matérias-primas brasileiras, ascensão do nacionalismo indígena na Bolívia e reforço da presença americana na Colômbia e outros países —, o que demandou um reforço na capacidade militar.

Outros autores, como Noro (2009) e Oliveira (2008, p. 142), indicam como fontes do novo surto de compras brasileiro a grande crise na FAB em 2007 e o crescente rearmamento e tensão na região amazônica

e andina. No entanto, ainda que todos estes fatores — e mais a presença no Ministério da Defesa de uma personalidade dinâmica e ativa como o ministro Jobim — tenham sido, provavelmente, de importância, o fluxo de acontecimentos que levou o governo Lula a uma reviravolta na área de defesa ainda não está claro. O que está claro, contudo, é que essa nova preocupação, mesmo que não tenha tido origem exclusivamente nas ambições geopolíticas regionais e mundiais do Brasil, tem um efeito substancial na mesma.

De qualquer modo, não deixa de ser espantoso que um ex-líder sindical, que iniciou sua carreira política no governo militar, o presidente Lula, tenha sido o líder da recuperação do poder militar nacional, numa situação quase inversa à da Argentina, citada. Lá, os militares perderam a sua força política, e os governos democráticos tendem a ter uma postura de confronto com as FFAA, o que explica, em boa medida, como elas chegaram a uma situação operativa, logística e moral crítica (Bertonna, 2007; Hang, 2007, Calle, 2007 e Corbacho, 2008).

De qualquer modo, apesar das recentes compras de armamentos, a máquina militar brasileira ainda é, evidentemente, uma força bastante limitada e distante do mínimo desejado. Para aproximar esta realidade do desejável, creio que seriam necessários novos investimentos e, especialmente, um cuidado maior no planejamento dos mesmos, o que implica uma ênfase na qualidade em detrimento da quantidade e uma revisão em alguns pontos da *Estratégia Nacional de Defesa*, aprovada em 2008 e revista em 2012.

A Estratégia Nacional de Defesa de 2008 e a revisão de 2012

Retomando e ampliando reflexões já feitas (Bertonha, 2008a e 2009b), tendo a ver, neste documento, um avanço substancial em termos de pensar o sistema de defesa que queremos e de que precisamos.

A avaliação que o documento faz da situação das Forças Armadas no presente momento também é, em essência, correta: equipamento precário e ultrapassado tecnologicamente, concentração de tropas em áreas estrategicamente menos sensíveis, pouca coordenação entre as várias forças, compras baseadas em oportunidades e não em necessidades, sistema de mobilização deficiente, complexo industrial militar quase inexistente e dependência, em equipamentos e tecnologia sensíveis, do exterior.

Algumas das soluções apresentadas também são de difícil discordância: ênfase na defesa da Amazônia, com consequente desconcentração das Forças Armadas e remoção de unidades de São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados centrais; maior coordenação entre as várias forças, incluindo política de compras comum e, onde for possível, harmonização do equipamento e ênfase em flexibilidade e agilidade, com uso maciço de tecnologia.

Também é válido, na END, o reconhecimento de que é impossível, para um país com as limitações econômicas do Brasil, ser forte em todos os setores, com o consequente estabelecimento de prioridades de atuação para cada força. E essas prioridades também são, a meu ver, exatamente as corretas no momento atual, ou seja, a negação do

uso do mar territorial por potências hostis, a vigilância e controle do espaço aéreo e a formação de brigadas do Exército móveis e flexíveis para ação imediata em todo o território nacional, mas com ênfase na Região Norte.

O documento, portanto, tem estes pontos fortes. Pede colaboração entre militares e civis e destaca a necessidade de atualização tecnológica. Também define claramente os problemas das forças, indica as prioridades e estabelece as linhas de ação visando à solução dos primeiros e o atendimento das segundas. Mesmo assim, ele peca, dentro da minha análise, por algumas debilidades estruturais, que diminuem um pouco o seu valor.

O primeiro senão que faço é que, apesar de o documento estabelecer prioridades, permanecem algumas propostas que fogem das mesmas e representam desvio de recursos e esforços. Uma delas é a de que a Marinha terá de continuar mantendo alguma capacidade de projeção de poder. Não é um objetivo absurdo e é até desejável frente aos objetivos internacionais brasileiros nos anos vindouros. O único problema é que projetar poder é das tarefas mais complexas e caras para uma Marinha, pois implica não apenas num Corpo de Fuzileiros Navais em permanente prontidão, mas navios de grande porte e algum tipo de navio-aeródromo. Haveria recursos para uma Marinha de ataque e uma de dissuasão? Parece pouco provável, o que indica que a questão ainda precisa ser trabalhada.

Do mesmo modo, busca-se reverter a tendência de profissionalização das Forças Armadas em favor do recrutamento com-

pulsório e até mesmo o fortalecimento dos tiros de guerra. É uma posição compreensível dentro de uma visão das Forças Armadas e, especialmente, do Exército, como construtor da nacionalidade e formador do cidadão. Mas é questionável, se o objetivo é formar unidades móveis, altamente treinadas e dotadas de meios tecnológicos avançados. Afinal, mesmo sendo verdade que o recrutamento militar proporciona mão de obra a custo baixo, tais soldados são de eficiência discutível e comprometem recursos que seriam mais bem empregados em outros projetos. Assim, num contexto de recursos limitados, fica a dúvida se é uma diretriz sábia.

Priorizar e investir menos em pensões, salários e números em favor de tecnologia, mobilidade e instrumentos adequados para objetivos claros é realmente fundamental. O Brasil, como outros países da América Latina, gasta em excesso com salários, pensões e outras despesas de custeio (Donadio, 2007; Comparative, 2008, p. 48-49 e Bertonha, 2008), e, sem reduzir isso, não há como bancar uma melhora qualitativa das FFAA. A END não parece preocupada com esse ponto; pelo contrário.

Por fim, a premissa básica do documento é a de que o Brasil ascenderá ao primeiro plano no mundo, mas

sem exercer hegemonia ou dominação. O povo brasileiro não deseja exercer mando sobre outros povos. Quer que o Brasil se engrandeça sem imperar.

Essa premissa é, no mínimo, questionável. Como já indicado páginas atrás, um estado que ambiciona uma posição de destaque no mundo não pode simplesmente se

recusar a exercer poder. Assim, ao imaginar que o exercício do poder é automaticamente algo negativo e a que o Brasil renuncia para todo o sempre, simplesmente perdemos a nossa credibilidade frente aos vizinhos e a comunidade internacional.

Na atualização do documento, em 2012, alguns floreios retóricos foram removidos, e enfatizou-se ainda mais a necessidade de investir em tecnologia espacial, nuclear e de informação. Também se detalhou melhor o funcionamento do Estado-Maior Conjunto e se ressaltou a necessidade de uma capacidade de resgate marítimo em caso de acidentes no Oceano Atlântico. A ênfase, contudo, continua na proteção das fronteiras, da Amazônia e do controle do território, do espaço aéreo e naval.

Enfim, entre pontos positivos e negativos, a simples formatação desses documentos é um imenso avanço para a área, simplesmente porque temos, agora, sólidos pontos de partida para a discussão do que precisamos, em termos militares, para o Brasil dos próximos anos e décadas. A mesma sensação de avanço e caminhada na direção correta vem quando examinamos os acordos estratégicos com a França de 2009.

Os acordos com a França em 2009

A parceria estratégica entre Brasil e França tem já alguns anos, e seus limites são mais do que evidentes. Em primeiro lugar, não está claro quais são os fins da mesma. Um desejo de oposição simbólica aos Estados Unidos e de manifestar independência frente a Washington parece estar presente, mas nem Paris nem Brasília teriam interesse

em levar esta oposição para o campo estratégico e militar, já que Washington é aliado preferencial de ambos.

Do mesmo modo, é questionável se Paris abandonaria suas alianças chave, como a OTAN, a União Européia ou sua relação de afinidades e diferenças com os Estados Unidos, em favor do Brasil. Efetivamente, até quanto os estados frances e brasileiro estariam dispostos a investir em torno dessa aliança? Paris e Brasília parecem prontas a aceitar alguns ônus, mas só até certo ponto (Rudzit e Nagami, 2009). A aquisição, pela FAB, dos caças Gripen em detrimento dos Rafale e o esfriamento das relações entre Paris e Brasília no governo Dilma confirmam, de qualquer forma, como essa parceria era mais circunstancial do que de longo prazo.

Mesmo assim, os acordos de aproximação efetivamente implementados atendem perfeitamente os objetivos estratégicos e militares do Brasil atual. Eles permitiram, em termos geopolíticos e simbólicos, um distanciamento do poder americano, mas sem causar temores excessivos em Washington. Uma parceria estratégica com a Rússia ou a China teria acendido inúmeras luzes vermelhas entre os americanos, mas uma com a França, nem tanto. Assim, simbolicamente, reafirmou-se a independência e a nova confiança brasileiras sem assustar Washington.

Em termos práticos, a compra de material bélico francês atendeu perfeitamente os objetivos do país. Os helicópteros e outros equipamentos franceses darão às Forças Armadas a mobilidade requerida para expedições de curto alcance. Contudo, o crucial, com certeza, são os submarinos e, especialmente, o submarino nuclear. A disponibili-

dade de uma ou mais unidades do mesmo e a capacitação para a sua construção e manutenção darão ao país a capacidade de dissuasão mínima frente às grandes potências, da qual precisaremos no futuro próximo. E, mais importante, colocarão o país num novo patamar estratégico, rompendo com a idéia de sermos o único BRIC desarmado e dando uma nova capacidade de atuação internacional ao país. Carros de combate alemães, novos veículos de combate sobre rodas, material naval italiano ou equipamento de guerra eletrônica dos EUA podem ser úteis, mas estes aviões, helicópteros e submarinos serão a base do poder militar de que o país precisa no momento imediato.

Com os novos caças, os submarinos nucleares e as compras planejadas de navios e equipamento naval da Itália, Espanha e Estados Unidos, além disso, o Brasil teria, de longe, a mais poderosa força naval do continente em 2020. Simbólica e praticamente, seria o rompimento das idéias anteriores de um equilíbrio no continente e o estabelecimento de um tipo de hegemonia.

Em termos globais, além disso, o país passaria a contar efetivamente no campo estratégico e poderia colaborar com armas e homens em operações internacionais de seu interesse. O Brasil deixaria a condição, expressa anteriormente, de única potência emergente desarmada, o que alavancaria quaisquer possíveis pretensões brasileiras a uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU (apesar de isto não garantir, claro, que esse pleito será atendido) e em outros foros.

É também relevante a preocupação em garantir que não sejam adquiridas apenas as armas, mas a tecnologia, o que, no de-

vido momento, pode permitir ao Brasil fabricar seus próprios submarinos nucleares, além de formatar, no médio prazo, a criação de uma verdadeira força de caças nacional de quinta geração. Não é à toa que foi com a França que a parceria estratégica foi firmada, pois ela parecia a mais disposta a ceder nesse aspecto.

Claro que nem tudo é perfeito. Teremos realmente a massa crítica intelectual e empresarial para absorver a tecnologia francesa, e ela será transferida na íntegra? Adquirir tanto material de um único fornecedor também pode trazer dificuldades no futuro, caso as relações com Paris, por algum motivo, se deteriorem. Mesmo assim, os acordos com a França foram, a meu ver, coerentes com as necessidades militares do país hoje e permitem, na prática, que algumas questões pendentes na END, levantadas no item anterior, sejam equacionadas na prática. Eles indicam, além disso, uma maturidade do país no planejamento em longo prazo, que deve ser comemorada.

Conclusão

Certas confusões conceituais são especialmente danosas nas relações sociais e entre as instituições e estados. No campo escolar, após anos de governos militares, muitos pedagogos tendem a ver todo e qualquer tipo de autoridade como autoritarismo, o que leva a questionamentos do papel do professor e tem levado a crises imensas nas salas de aula. O mesmo poderia ser dito, talvez, para a questão da autoridade paterna e materna nas famílias.

No campo das relações internacionais,

uma confusão a ser evitada é aquela entre o exercício do poder e o imperialismo, como se toda e qualquer autoridade fosse negativa e levasse à formação de um Império, que tratará seus subordinados a ferro e fogo e dominará outros povos. Isso é algo a ser evitado. Mas estar no topo do mundo é ter poder e exercê-lo, e se recusar a fazê-lo é simplesmente voltar à base e até ser manipulado pelos outros. Assim como autoridade não é autoritarismo, exercer poder não é automaticamente imperialismo e esquecer estas distinções pode se tornar complicado, até para o bem comum.

Nesse sentido, a proposta deste artigo é que, na sua busca por melhor posição no cenário internacional (necessária até para o seu próprio desenvolvimento), o Brasil deve usufruir os seus razoáveis recursos em termos de *soft Power* (cultura, simpatia, língua) e a sua mais que louvável tradição diplomática e pacífica, mas que não pode esquecer os aspectos *hard Power*, como a força econômica e a militar. Sem a presença destes, os vínculos culturais ou a diplomacia se tornam menos importantes ou críveis e, por si só, não podem mudar a realidade.

Na verdade, a demanda para nossa futura estrutura militar é pequena, sendo a nossa situação estratégica realmente privilegiada. Sem inimigos na região e pouco ameaçados por inimigos extrarregionais, não precisamos de mais do que uma pequena, mas crível, capacidade de dissuasão (aérea e naval) para garantir nossa segurança. A partir daí, o importante é garantir alguma capacidade de projeção de poder e hegemonia simbólica no continente sul-americano e, em menor escala, global, de forma a dar susten-

tação à melhor inserção internacional brasileira e romper a idéia de que somos os únicos entre os BRICs que não precisam ser levados em conta quando a questão é estratégica.

Nós temos uma economia suficientemente forte para sustentar os gastos necessários e forças militares com estrutura e a massa crítica necessárias para absorverem novos armamentos e tecnologias. Se as Forças Armadas, além disso, optarem pela qualidade em vez da quantidade, os custos para a sociedade serão diminuídos, enquanto a adequação delas para os objetivos internacionais

do Brasil crescerão. O grande dilema, claro, é que, se os planos e projetos eram perfeitamente factíveis no governo Lula, quando a economia crescia, o cenário se torna menos róseo no momento atual. Com efeito, com a economia brasileira voltando ao seu padrão de “voo da galinha” e o inevitável impacto fiscal, quais projetos serão mantidos e quais serão cancelados? E, nesse ajuste, a resultante será, ainda, adequada para os objetivos da END nacional? O cenário era positivo, mas cinco anos foram suficientes para torná-lo, infelizmente, imprevisível.

Referências

- ALSINA JR., João Paulo Soares. *O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol. 52, N. 2, 2009. p. 173-191.
- BERTONHA, João Fábio. *A presença militar norte-americana no Paraguai: perigo ou paranóia?* **Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, N. 63, 2005. p. 3-5.
- _____. *O gás boliviano, o Mercosul e a liderança brasileira na América do Sul. Um sonho desfeito?* **Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, N. 70, 2006. p. 2-4.
- _____. *O poder militar argentino e o equilíbrio geopolítico na América do Sul*. **Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, N. 80, 2007. p. 18-21.
- _____. *El poder militar brasileño y sus dilemas en el viraje del siglo XXI*. **Temas del Cono Sur – Dossier Integración**, N. 44, 2008. p. 3-8.
- _____. *Uma política de defesa sul americana?* **Temas del Cono Sur – Dossier Integración**, N. 48, 2008a. p. 2-4.
- _____. *Rússia: ascensão e queda de um Império. Uma história geopolítica e militar da Rússia, dos czares ao século XXI*. Curitiba: Juruá, 2009.
- _____. *As fontes do poder americano no século XX* In DINIZ, Eugênio. **Estados Unidos – Política externa e atuação na política internacional contemporânea**. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2009a. p. 109-122.
- _____. *Uma estratégia de defesa nacional*. **Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, N. 103, 2009b. p. 24-28.

CALLE, Fabian. *El rearne regional – Brasil se suma a la tendencia*. **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 3, N. 27, 2007. p. 34-37.

_____. *Estrategia de defensa brasileña – La proyección internacional*. **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 4, N. 49, 2009. p. 16-17.

A COMPARATIVE Atlas of Defense in Latin America. Buenos Aires: Red de Seguridad y Defensa de América Latina, 2008.

CORBACHO, Alejandro. *De la disuasión a la defensa defensiva*. **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 3, N. 32, 2008. p. 76-78.

DERGHOUGASSIAN, Khaticik. *El poder blando del pacifismo de una potencia emergente*. **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 4, N. 49, 2009. p. 35.

DONADIO, Marcela. *Seguridad Nacional, Inc. Americas Quarterly*, vol. 1, n. 2, 2007. p. 84-88.

FRAGA, Rosendo. *El equilibrio militar*. **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 3, N. 27, 2007. p. 38-41.

_____. *Tres magnitudes*. **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 4, N. 49, 2009. p. 33.

GRATIUS, Susanne. **Brasil en las Américas. Una potencia regional pacificadora?** Madrid: Fride, 2007.

HANG, Júlio. *Argentina y sus vecinos: un llamado de atención*. **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 3, N. 27, 2007. p. 42-44.

MYAMOTO, Shiguenoli. *O Brasil e a comunidade dos povos de língua portuguesa (CPLP)*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol.52, N. 2, 2009. p. 22-42.

NORO, Lauro. *Un gigante de pie. La defensa de Brasil*. **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 4, N. 49, 2009. p. 26-37.

NYE, Joseph. **Soft Power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *National Defense: actors and policy*. In **A Comparative Atlas of Defense in Latin America**. Buenos Aires: Red de Seguridad y Defensa de América Latina, 2008. p. 141-43.

RUDZIT, Gunther e NAGAMI, Oto. *Relação estratégica Brasil-França: questões a serem respondidas*. **Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**. Vol. 110, 2009. p. 16-18.

SCARDAMAGLIA, Virginia. *Una región libre de conflictos?* **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 3, N. 32, 2008. p. 44-48.

_____. *Matrimonio por conveniência*. **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 4, N. 49, 2008, p. 46-50.